



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

ESCOLA NORMAL SUPERIOR

CURSO DE PEDAGOGIA

ANA VALÉRIA LEAL PARÁ

**A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA AUXILIAR NO PROCESSO
ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL I:
Possibilidades e desafios na prática pedagógica dos docentes.**

MANAUS-AMAZONAS

2022

ANA VALÉRIA LEAL PARÁ

**A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA AUXILIAR NO PROCESSO
ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL I:
Possibilidades e desafios na prática pedagógica dos docentes.**

**Monografia apresentada a disciplina
Pesquisa e Prática Pedagógica II, do Curso
de Pedagogia da Universidade do Estado do
Amazonas – UEA, como requisito à
conclusão do Curso e elaborado sob
orientação da Prof.^a Dr.^a Vanderlete Pereira
da Silva.**

MANAUS-AMAZONAS

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

P221llu d Pará, Ana Valéria Leal
A ludicidade como ferramenta auxiliar no processo ensino e aprendizagem no ensino fundamental I: : Possibilidades e desafios na prática pedagógica dos docentes. / Ana Valéria Leal Pará. Manaus : [s.n], 2022. 45 f.: il.; 21 cm.

TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2022.
Inclui bibliografia
Orientador: Silva, Vanderlete Pereira da

1. Ludicidade. 2. Prática pedagógica. 3. Aprendizagem. 4. Ensino Fundamental I. I. Silva, Vanderlete Pereira da (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. A ludicidade como ferramenta auxiliar no processo ensino e aprendizagem no ensino fundamental I:

Elaborado por Jeane Macelino Galves - CRB-11/463

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me guiado e protegido até este período de finalização, que me fez permanecer firme no aprender e investigar seguindo o caminho com esforço e dedicação.

Aos meus pais, Ana Cristina e João Carlos Pará que sempre me incentivaram a seguir o caminho que me fizesse feliz, não me permitiram desistir dos meus sonhos e sempre valorizaram o que eu faço, porque sabem que eu faço com amor.

Agradecimentos aos meus irmãos e amigas pela paciência, dedicação e companhia. Fizeram essa caminhada mais leve, jamais teria conseguido alcançar meus objetivos sem os que me apoiaram e permaneceram ao meu lado durante as turbulências da vida.

Meus agradecimentos as minhas professoras que contribuíram para lapidação de meu conhecimento, foram mediadoras na minha jornada, abriram minha mente para muitos novos horizontes. Muitas vezes mostraram como usar a firmeza e a suavidade no meu processo educacional e me inspiram a nunca esquecer a professora dentro de mim.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família e amigas que acreditaram em mim e se mantiveram firmes ao meu lado até aqui.

A Universidade do Estado do Amazonas da Escola Normal Superior do curso de Pedagogia que proporcionou a oportunidade de acolhimento em todos estes anos.

A todos os professores, os presentes e os que já não estão no quadro funcional como docentes, mas, contribuíram também em meu processo educacional.

A minha orientadora que me acolheu e me aceitou em um momento difícil na minha vida acadêmica. Pelo cuidado e condução neste processo de Trabalho de Conclusão de Curso.

ANA VALÉRIA LEAL PARÁ

**A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA AUXILIAR NO PROCESSO
ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL I:**

Possibilidades e desafios na prática pedagógica dos docentes.

Monografia apresentada a disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica II, do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, como requisito à conclusão do Curso e elaborado sob orientação do (a) Prof.^a Dr.^a Vanderlete Pereira da Silva.

BANCA EXAMINADORA

Vanderlete Pereira da Silva

Orientador (a) Vanderlete Pereira da Silva

Caroline B. de Oliveira

Professor(a) Caroline Barroncas de Oliveira

Professor(a)

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AM – Amazonas

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNE – Conselho Nacional de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PCN – Parâmetros Curriculares Nacional

PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

UEA – Universidade do Estado Amazonas

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a ludicidade e seu uso em sala de aula, como aporte pedagógico no percurso formativo e cognitivo dos discentes e como ferramenta essencial para a construção do conhecimento e da autonomia das crianças, estudantes do Ensino Fundamental I. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e de abordagem exploratória, fundamentada nas teorias de autores como: Kishimoto (2011), Vygotsky (1989), Almeida (2007), Santos (2001), Freire (1996), Piaget (1896), Lopes (2006), Luckesi (2000). Na busca dos referenciais, foram encontrados dez artigos publicados em revistas científicas especializadas que atenderam ao objetivo da pesquisa destacando assuntos relacionados à ludicidade e a construção do conhecimento como: a memória, a imaginação, a autonomia, a criatividade e atenção, dentre outras. A partir do levantamento e análise dos estudos produzidos por estudiosos da área, foi constatado grandes avanços no uso do lúdico no ambiente escolar, trazendo questionamentos sobre quais técnicas os docentes utilizam em suas aulas, fazendo uma melhor socialização e acolhimento dos alunos e produzindo uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Ludicidade, Prática pedagógica, Aprendizagem, Ensino Fundamental I.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I- HISTORIANDO A INFÂNCIA DESDE A GRÉCIA ANTIGA: ESCOLAS ESPARTANA E ATENIENSE E O USO DO LÚDICO COMO AUXÍLIO NO ENSINAR.....	12
1.1 A história das principais escolas no Brasil e a ludicidade no ensinar.....	16
1.2 Definição e relação entre as brincadeiras e jogos.....	22
1.3 O papel do lúdico no Ensino Fundamental I para a aprendizagem da criança.....	25
CAPÍTULO II-O DIREITO DE BRINCAR: UM FATOR CONQUISTADO.....	30
2.1 O lúdico na compreensão dos autores: Froebel, Jean Piaget e Lev Vygotsky.....	31
2.2 A ludicidade musical nos aspectos cognitivo, afetivo e social.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

INTRODUÇÃO

A literatura utilizada para produção deste estudo tem demonstrado que o uso da ludicidade é sem dúvida uma necessidade para o desenvolvimento cognitivo e social da criança no Ensino Fundamental I. Na interação com os pares durante as brincadeiras, as crianças terão um ambiente com mais leveza e dinâmica para o aprender. Assim, faz-se necessário que os agentes educacionais como pedagogos e docentes desenvolvam técnicas adequadas e agradáveis no aprender, tirando a acidez do processo de ensino e aprendizagem que, muitas vezes, faz com que as crianças rejeitem interagir com determinadas áreas do conhecimento que fazem parte do currículo do Ensino Fundamental I. Essas estratégias precisam ser pensadas com o intuito de favorecer o desenvolvimento cognitivo, distintas habilidades, a criatividade e a interação das crianças buscando o ensino de excelência.

Na prática diária, o lúdico, jogos e brincadeiras são estratégias de grande relevância para um aprendizado saudável, isso o torna poderosa ferramenta auxiliar no trabalho do professor na mediação da aprendizagem das crianças. Isso pelo fato de o lúdico favorecer um grande senso de interação entre os pares, auxiliando na construção de um caráter sadio e no desenvolvimento de habilidades específicas. Não se trata de receita pronta pois entram em jogo vários conhecimentos imbricados tais como: o conhecimento sobre o próprio corpo no espaço ao seu redor, o contexto social e o respeito às regras dos jogos e brincadeiras.

No ato das brincadeiras se desenvolvem aspectos imprescindíveis como a autonomia e identidade. Na ação do brincar, a criança, desde muito cedo, faz escolhas e toma decisões, além de lidar com sua comunicação intrapessoal. No brincar é exigido da criança a manipulação de sons e gestos de interação que favorecem o desenvolvimento da sua imaginação.

Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação, da utilização e da experimentação de regras e papéis sociais, (LOPES, 2006 *apud* SALOMÃO; MARTINE, 2007).

Na prática dos jogos e brincadeiras a memória é estimulada, dando à luz a concatenação das ideias favorecendo a criança aprender a raciocinar. A brincadeira é algo que deve ser valorizada e respeitada por todos, pois através dela as crianças aprendem e se

desenvolvem cultural e socialmente, contribuindo para uma boa saúde mental, se comunicando, e construindo conhecimentos de forma prazerosa, (SALOMÃO; MARTINE, 2007).

Assim, a partir deste contexto, nosso trabalho materializa-se em forma de pesquisa bibliográfica e em forma de monografia. Trata-se de um estudo do tipo bibliográfico descritivo-exploratório. O estudo bibliográfico se baseia em literaturas estruturadas, obtidas de livros e artigos científicos provenientes de bibliotecas convencionais e virtuais. O estudo descritivo-exploratório visa à aproximação e familiaridade com o fenômeno - objeto da pesquisa, descrição de suas características, criação de hipóteses e apontamentos, e estabelecimento de relações entre as variáveis estudadas no fenômeno, (CERVO, 2013).

A pesquisa teve início a partir das reflexões sobre as práticas docentes e os distintos modos de aprender que constitui os indivíduos, resultando no seguinte problema: É de fato o lúdico uma ferramenta auxiliar no processo ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental I?

Neste sentido, analisaremos o contexto de uma pesquisa bibliográfica descritiva, trazendo à tona os seguintes objetivos:

- Identificar o conceito do lúdico e sua relação com o Ensino Fundamental I;
- Compreender a evolução do processo da educação do Ensino Fundamental I a partir do uso dos recursos lúdicos;
- Reconhecer o lúdico como uma importante ferramenta que contribui de forma significativa para a aprendizagem das crianças;
- Conhecer a legislação que rege sobre a Educação dos anos iniciais e Ensino Fundamental I;

A partir deste contexto a monografia se estrutura da seguinte forma: No capítulo I, intitulado: A docência e a infância na Grécia antiga escola espartana e ateniense, trará um olhar histórico de diferentes escolas gregas: a escola espartana e a escola ateniense e como era o sistema de ensino das primeiras instituições e sua distinção do contexto atual. Faremos um diálogo entre os autores até chegarmos nos dias de hoje, apontando os avanços alcançados no sistema educacional, focando no cuidado e proteção das crianças com relação a ludicidade. Demonstrando que, no início, as escolas maternas, creches e jardins de infância, eram assistencialistas, focando em alguns cuidados necessários como por exemplo a higiene, e alimentação. Passaremos também pela história das principais escolas no Brasil até os dias de hoje, comentando as leis que originaram o direito do

brincar aprendendo, após a aprovação de algumas legislações que asseguraram o direito das crianças.

No segundo capítulo com o título: O direito de brincar: um fator conquistado, focaremos em evidenciar na forma da lei, o direito conquistado de a criança brincar e aprender.

Perpassaremos sobre o lúdico na compreensão dos autores como: Froebel, Jean Piaget e Lev Vygotsky, fazendo um diálogo de suas ideias com relação ao aprender utilizando jogos e brincadeiras. Ao longo desta monografia, buscaremos evidenciar o quanto as experiências com o lúdico no ambiente escolar nas séries iniciais, possibilitarão a ampliação da imaginação das crianças, trazendo consigo a construção da autonomia, a interação com seus pares, a compreensão dos sentimentos e experiências que envolvem reflexões prazerosas.

CAPÍTULO I- HISTORIANDO A INFANCIA DESDE A GRÉCIA ANTIGA: ESCOLAS ESPARTANA E ATENIENSE E O USO DO LÚDICO COMO AUXÍLIO NO ENSINAR.

Se voltássemos na linha do tempo, nos surpreenderíamos com as escolas gregas e espartanas, elas eram conhecidas por possuírem pensamentos educacionais peculiares na formação do caráter da criança e sua relação com o aprender, mantinham a dureza no processo educativo. A escola era exclusiva e segregada, ignoravam a educação das mulheres. Assim, comparando com os dias de hoje nos depararíamos com um choque de culturas nos fazendo pensar como ficaria a Lei de Diretrizes e Base (9394/96)? E o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) neste tempo?

De uma forma ou de outra, a educação existe desde o início da espécie humana. Isso porque a educação, o processo de favorecer a aprendizagem, sempre foi uma necessidade. Afinal, sem educação, nenhuma geração pode ser adequadamente preparada para os deveres a cumprir no mundo. Cada geração seguinte herda o conhecimento acumulado da geração anterior, na expectativa de se tornar cada vez melhor.

Para a maioria das pessoas hoje, escola e educação são consideradas sinônimos. Isso não é surpreendente, visto que a experiência que a maioria de nós terá nas escolas é, sem dúvida, a parte mais importante da educação formal. Por exemplo, é no ambiente escolar que a maioria de nós aprendemos a ler, desenvolvemos nossas habilidades de interação social e encontramos autoridade que não vem dos nossos pais.

Na verdade, a escola, tal como existe hoje, e, portanto, a educação escolar, só faz sentido se a olharmos de uma perspectiva histórica. Ao contrário de outras espécies, os humanos sempre tiveram a capacidade de organizar, armazenar e transmitir conhecimentos em sons e linguagem. Antes da tecnologia, a comunicação boca a boca era o único tipo de educação que existia.

Das comunidades de caçadores-coletores à invenção da agricultura, começando há 10.000 anos, as pessoas dependiam da comunicação boca a boca para adquirir um vasto conhecimento das plantas, animais e terras dos quais dependiam.

A nossa compreensão sobre a forma como as escolas operam, primeiro vem da Grécia antiga, cerca do 4º século A.C. Na verdade, a palavra 'escola' vem do grego 'scholé', que significa lazer, que para eles é o tempo necessário para o desenvolvimento da reflexão e da capacidade de pensar.

Naquela época, quando as escolas estavam disponíveis apenas à aristocracia, a suposição era que lazer era sinônimo de aprendizagem. Em outras partes do mundo antigo, exemplos proeminentes de educação formal eram evidentes no Oriente Médio, China e Índia, e seus sistemas de educação geralmente enfatizavam a leitura, a escrita e a matemática. A fala era o principal meio pelo qual as pessoas aprendiam e transmitiam o aprendizado, tornando a memorização precisa, uma habilidade crítica.

A escolaridade romana seguiu amplamente o modelo grego. Havia pequenas escolas para meninos privilegiados, que ensinavam gramática. Em seguida, os meninos frequentavam escolas de retórica, a fim de prepará-los para a vida pública.

Giles (1987), explicita que em todas as cidades-estado gregas, exceto em Esparta, o objetivo da educação era produzir bons cidadãos. As crianças eram treinadas em música, arte, literatura, ciência, matemática e política. Em Atenas, por exemplo, os meninos eram ensinados em casa até os seis anos de idade. Depois, os meninos iam para a escola, onde aprendiam a ler e escrever. Aprendiam a poesia de Homero, a debater e a fazer um discurso persuasivo e estudavam Ciências e Matemática, além de aprenderem a tocar um instrumento musical, geralmente a flauta ou a lira.

Depois do que atualmente chamamos de ensino médio, eles frequentavam a escola militar, onde aprendiam a ser bons guerreiros. Quando os meninos se graduavam em todos os estudos que eram obrigados a frequentar, já tinham 20 anos de idade.

Exceto na cidade-estado de Esparta, as meninas gregas não iam à escola. Elas eram ensinadas em casa por suas mães. Se a mãe sabia ler e escrever, elas ensinavam as filhas a fazer o mesmo, além de ensiná-las a cozinhar, costurar e cuidar da casa.

A educação em Esparta era completamente diferente. O objetivo da educação em Esparta era produzir e manter um exército poderoso. Os meninos de Esparta entravam na escola militar quando tinham cerca de seis anos de idade. Eles aprendiam a ler e escrever, mas essas habilidades não eram consideradas muito importantes, exceto para mensagens. A escola militar era difícil, de propósito.

Os meninos muitas vezes passavam fome e eram frequentemente espancados. Dormiam fora de casa, no quartel, com os homens. Se chorassem, eram espancados, às vezes pelos próprios pais. Quase tudo no sistema educacional espartano era sobre guerra e batalha. O desenvolvimento da coragem era uma obsessão espartana, os guerreiros não poderiam ter medo de nada, deveriam ser resistentes aos ferimentos, odiando qualquer demonstração de covardia e, extremamente, dedicados à pólis. Toda a sociedade e educação espartana estavam voltadas para a guerra. Uma das frases atribuídas às mães espartanas era: “espero que o meu filho volte com o seu escudo ou deitado sobre ele. Garotas espartanas iam à escola para aprender a serem guerreiras. A escola para meninas, no entanto, não era tão brutal, mas todas as meninas na antiga Esparta podiam lutar, lutar com os punhos e manusear uma arma. Segundo Giles (2006):

Eles foram ensinados a matar. Os espartanos acreditavam que homens e mulheres fortes produziam bebês fortes. Havia a ideia entre os homens de que pai e mãe fortes gerariam, igualmente, filhos mais vigorosos. Por isso, quando casada, a missão da mulher era dar ao Estado filhos fortes, grandes guerreiros e bons cidadãos. Percebe-se que há uma preocupação de eugenia dentro da sociedade espartana. Além disso, as mulheres poderiam ter que defender a cidade se os homens estivessem em guerra. Nenhuma grande obra de arte saiu de Esparta. Mas a maioria das outras cidades estado gregas queria Esparta do seu lado. Os espartanos eram grandes amigos em tempos de guerra (GILES, 2006, p. 10).

Podia-se afirmar que o estado grego era brutal no processo de ensinar. Em Esparta na Grécia Antiga, crianças deficientes eram abandonadas nas montanhas. Nas mais diversas obras, também nos assuntos que remetem à área da saúde, os relatos que sugerem a exclusão aparecem. Em Pessotti (1984) lê-se:

De todo modo, é sabido que em Esparta crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono, prática perfeitamente coerente com os ideais atléticos e clássicos, além de classistas, que serviam de base à organização sócio-cultural de Esparta e da Magna Grécia (PESSOTTI, 1984, p. 3).

Isso demonstra o quanto os avanços científicos contribuíram e continuam contribuindo com o processo educativo das novas gerações. Hoje em dia temos os exemplos das escolas militares, que de certa forma em nosso país, tem sido exemplo de formação escolar para algumas famílias, onde a hierarquia militar traz uma herança moderada da escola espartana.

Por outro lado, no mesmo período da história, havia a escola Ateniense, diferenciada, que formava o homem completo, livre. Inseridos na sua educação tínhamos elementos que corroboravam para uma formação de caráter e cumprimento do dever, forjando assim um homem com capital intelectual mais abalizado.

No Livro *A República* no capítulo V, Platão relata que as crianças mal constituídas ou deficientes eram sacrificadas. Discutindo sobre as questões da família e da prole nesse mesmo Estado ideal, Platão descreve um diálogo entre Glaucon e Sócrates:

O que fazer com as crianças [...] Essas autoridades, digo, tomarão os filhos dos melhores e os levarão para o infantário, num bairro especial da cidade, onde os deixarão a cuidado das amas-de-leite; quanto aos filhos dos seres inferiores - e da mesma forma se dentre os primeiros nascer algum aleijado - os esconderão, como convém, num lugar secreto e oculto. (PLATÃO, p. 111-2).

Dando continuidade, analisaremos o outro extremo histórico: o grego que é a escola Ateniense, que visava a construção educacional do homem livre. Atenas era considerada o berço da democracia. A educação tinha como finalidade, formar o cidadão. Baseava-se na ginástica, na música, gramática e política.

Atenas tornou-se uma sociedade democrática, no entanto essa democracia que se estabelece em Atenas era muito limitante. Apenas 10% dos habitantes da cidade eram considerados cidadãos, portanto só estes possuíam direitos políticos conquistados. Dos 400 mil habitantes, permitia a participação apenas dos cidadãos.

Eram excluídos da participação política, estrangeiros residentes em Atenas, os escravos, as mulheres e os não proprietários. Mesmo assim, o sistema educacional ateniense se difere em alguns aspectos do espartano.

Giles nos faz o seguinte relato sobre a educação Ateniense:

A instrução começava logo cedo e durava até o pôr-do-sol. (...) Além de visar ao desenvolvimento do senso estético da criança, a música ensinava o sentido de participação, seja por meio de concursos, de festivais religiosos, como também de declamações públicas de poesia. Por meio do ritmo e da

harmonia, a música ensina o menino a ser mais gentil, a ser mais gracioso e harmonioso e, portanto, a ser útil para coletividade e para si, a música a evitar tudo que é indecente na fala e no agir, a praticar a temperança e a moderação, quanto a disciplina era severa. Dizia-se que o jovem que não tinha sido açoitado não tinha sido educado (GILES, 2006, p. 13).

Podemos analisar que na escola Ateniense o lúdico era utilizado como ferramenta apropriada no ensinar, desenvolvendo moldura de caráter e rapidez no raciocínio lógico, haja visto que a criança era ensinada a concatenar as ideias a fim de produzir equilíbrio e leveza nas palavras na poesia e a mesma era levada a reflexão, pois o viés desta escola seria preparar um bom cidadão.

1.1 A história das principais escolas no Brasil e o uso do lúdico

No Brasil, os primeiros povos indígenas, portugueses e negros foram os precursores dos atuais modelos e maneiras de desenvolvimento do lúdico que mantemos até hoje. Nos últimos séculos, houve no continente brasileiro, uma grande mistura de povos e raças, cada qual com suas culturas, crenças, educação materna. Existia o que chamamos de pluralidade na diversidade, devido a mistura de raças, credos e cor.

Chamamos também de miscigenação, isso contribuiu para o desenvolvimento cultural e lúdico pela riqueza entre seus pares, trazendo uma grande simbiose no brincar da criança brasileira. Mas é incerto afirmar de qual povo exatamente seriam suas origens.

Os negros e indígenas tinham no lúdico, a construção dos seus próprios brinquedos. As brincadeiras principais eram: nadar, correr, pescar, caçar, dançar e cantar. Já os filhos dos portugueses quando chegaram ao Brasil, não tinham uma relação mais livre com a ludicidade pois sua educação era de oligarquia.

A ação dos jesuítas, por meio da catequese e da conversão, sistema que não deu certo, procurava anular as tradições indígenas, por serem consideradas como atrasadas e selvagens. O saber, a religião e a música dos indígenas e negros eram desprezadas e consideradas inferiores. A catequese e a conversão procuravam homogeneizar estas culturas a partir do padrão cultural europeu. Sendo assim, direitos foram ignorados e rebaixados a partir deste sistema.

Ao analisarmos neste trabalho a ludicidade, notamos o grande contraste em relação ao respeito pelo ato de brincar de nossos antepassados, que sofreram as agruras da perseguição e morte por parte de governos totalitários e mais, usando sempre o nome de Deus.

Na contemporaneidade, a importância dos primeiros seis anos de vida e a garantia dos direitos da criança vem sendo tratadas como assunto de prioridade por governos, organizações internacionais e organizações da sociedade civil. Os direitos da criança no tocante ao brincar, lazer, esporte, cultura, educação, entre tantos outros, têm sido enunciados desde a Declaração Universal dos Direitos da Criança aprovada em 1959 (DECLARAÇÃO... 1959).

O processo educacional no Brasil, está interligado com o desenvolvimento e os ensinamentos do professor. Sua função é poder fazer com que os conteúdos sejam desenvolvidos de maneira dinâmica e interessante para as crianças. Baseada neste preceito pode se dizer que a educação no Estado do Amazonas é o processo pelo qual o indivíduo desenvolve a sua condição humana, a autoconsciência e a liberdade.

Acredita-se que as atividades lúdicas podem ter função de motivação, suscitando o desejo de aprender. É algo que todo professor tem o desejo de despertar em seu aluno, mesmo sabendo que é uma tarefa difícil devido à diversidade de pensamentos e interesses. Dessa forma várias são as razões que levam os educadores a empregarem as atividades lúdicas no processo de ensino e aprendizagem, acerca disso, Teixeira afirma:

O lúdico apresenta dois elementos que o caracterizam: o prazer e o esforço espontâneo. Ele é considerado prazeroso, devido a sua capacidade de absorver o indivíduo de forma intensa e total, criando um clima de entusiasmo. É este aspecto de envolvimento emocional que toma uma atividade com forte teor motivacional, capaz de gerar um estado de vibração e euforia (TEIXEIRA 1995, p. 23).

A despeito desta afirmação, podemos dizer que o jogo exerce uma função transformadora no desenvolvimento da criança, manifestando uma liberdade de escolher e efetivar as brincadeiras, pois os jogos simbólicos fazem parte da aprendizagem. Enfatizando este pensar, vale acrescentar a afirmação de Gardner que destaca:

Os jogos simbólicos constituem uma forma primária de uso dos símbolos para a criança pequena, na qual elas têm uma oportunidade de experimentar papéis e comportamentos que irão, posteriormente, assumir no mundo adulto ou em conjunto com crianças grandes. (Gardner, 2001, p. 64).

Vale ressaltar que podemos ainda dizer que as atividades lúdicas, quando aplicadas pelo professor visam orientar da melhor forma o processo de ensino e aprendizagem. Assim, as crianças vão se entrosando com as outras crianças, tendo melhor desempenho na sala de aula, na atividade e no aprender: acerca disso, Amaral (2003, p. 230) assinala que:

Para o professor, o jogo tem o potencial de promover novas e melhores formas de ensinar em geral para quaisquer disciplinas, diferentes maneiras de interagir com a turma e de se posicionar dentro da sala de aula, como coordenadora das atividades e facilitador do aprender, do aluno em vez de centro irradiador das decisões e do saber.

Após aprovação da Constituição Federal Brasileira, em 1988, houve outra aprovação importante decorrente da nova Constituição, direcionada às crianças e adolescentes, foi aprovada a lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) introduzindo as crianças aos direitos humanitários.

O ECA inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso, impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento (FERREIRA, 2000 *apud* PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 184).

Todas essas aprovações tiveram como intencionalidade trazer a garantia do bem-estar da criança, despertando nesses o interesse em desenvolver suas habilidades motoras, físicas, intelectual e até mesmo ampliando aquilo que a criança já possui como conhecimento.

As práticas docentes desenvolvidas na escola de Ensino Fundamental I, precisam ter um tipo de organização que permita as crianças desenvolverem capacidades amplas não só relacionadas ao ensino do conteúdo, mas também que favoreçam a construção de uma imagem positiva de si mesma, a descoberta e o autoconhecimento de seu próprio corpo, que essas crianças possam também estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e outras crianças. Além de estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, brincar expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades. Utilizar as diferentes linguagens ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido ampliando seus conhecimentos sobre as diferentes manifestações culturais. É importante destacar que desta forma observa-se que se deve ter um cuidado especial com as crianças, de forma que essas possam se desenvolver, se descobrir, conhecer a si mesmas e explorar o ambiente de ensino.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento

das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural, (BRASIL, 1998 a *apud* PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 23).

A Educação de qualidade que deve ser oferecida para todas as crianças, conforme consta na legislação brasileira, deve ser reconhecida não só através de documentos ou leis, mas também pela sociedade, pois trata-se de responsabilidade pública, devendo então ser assumida por todos.

A prática pedagógica deve considerar os saberes produzidos no cotidiano por todos os sujeitos envolvidos no processo: crianças, professores, pais, comunidade e outros profissionais. Considerando as características da comunidade atendida nos seus aspectos socioeconômicos e culturais, onde a escola, possa assegurar iniciativas inovadoras que levem ao avanço na produção de conhecimentos teóricos, sobre infância e a própria prática pedagógica. Isso vai exigir a reflexão coletiva sobre o fazer docente, com base nos conhecimentos historicamente produzidos, tanto pelas ciências quanto pela arte (BRASIL *apud* PASCHOAL; MACHADO, 2009).

Professores atuantes nesse nível de escolaridade, dos anos iniciais, precisam estar sempre atualizados em relação a leis, pois é preciso que o profissional da educação tenha sempre algo inovador para oferecer à criança, levando esse profissional a produzir mais conhecimentos relevantes ao aprendizado dos indivíduos que estão em processo de absorção de conhecimentos e aprendizados contribuindo assim, na aprendizagem significativa do sujeito.

É importante que haja um ensino de qualidade para as crianças em nível de educação inicial, porque se este indivíduo tiver um alicerce bem formado, seu nível de desenvolvimento será outro. Para que isso ocorra é preciso contribuir não somente com a troca de saberes, mas também algo que possa mediar esse aprendizado, trazendo melhorias para o ambiente escolar, podendo ser o aumento de recursos financeiros, a organização entre gestores e professores, a participação efetiva dos pais ou familiares nas instituições, além de projetos desenvolvidos que possam acolher as crianças. Trabalhar a ludicidade nesse ambiente pode contribuir para melhorar os resultados do trabalho implementado.

Ao pensar nos desafios propostos e nos muitos outros que podem contribuir para uma educação que respeite, efetivamente, o desenvolvimento e aprendizado das crianças, podemos parafrasear o pensamento de Bujes (2001) ao reconhecer que esse espaço deve ser muito mais qualificado e que, ao incluir o acolhimento e a segurança, também precisa ser um ambiente

que desperte a emoção e desenvolva a sensibilidade, contemplando, assim, a curiosidade e a investigação característicos das crianças (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 92).

Para que a educação seja considerada como um ensino de qualidade não é necessário estar somente por dentro da legislação ou documentos oficiais relevantes, mas assim como dito anteriormente é de suma importância também ter o envolvimento social, ou melhor dizendo, é preciso ter a participação da sociedade, envolvendo todos aqueles que são pertencentes para que possam contribuir de alguma forma para os bons resultados do processo educativo realizado pela escola.

Marafon (2009), destaca que na época de 1945 a 1964 é marcado pelo populismo e pelo otimismo decorrente da esperança de um progresso acelerado. No meio educacional, ocorre debate a respeito do anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que levou 13 anos para ser homologada.

Segundo Andrade (2010), o reconhecimento dos direitos da infância e da condição da criança como sujeito de direitos é algo recente na história brasileira e em outros países também. A autora afirma ainda que no século XX, o discurso predominante sobre a infância atribuiu-lhe o estatuto de sujeito de direitos, imagem construída com base na elaboração de dispositivos legais e documentos internacionais, entre os quais: a Declaração de Genebra (1923), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) e a Convenção dos Direitos da Criança (1989), (ANDRADE, 2010).

De acordo com Bobbio (1992 *apud* ANDRADE, 2010, p. 80), “ao analisar a evolução dos direitos, aponta a influência das condições históricas na formulação dos direitos do homem”. E assim, os direitos publicados nas declarações demonstram uma dimensão histórica pautada nas exigências de cada contexto histórico.

No século XIX, a criança será reconhecida como uma categoria social com necessidades de proteção, em especial pelas contribuições das ciências da Pedagogia, Psicologia e Medicina. Porém, será no século XX que “novos significados serão atribuídos à infância, através de uma nova conscientização de que as crianças eram fontes humanas essenciais, de cuja dimensão maturacional iria depender o futuro da sociedade” (SOARES *apud* ANDRADE, 2010, p. 78).

O Brasil, assim como vários países do mundo, tornou-se signatário dos preceitos da Convenção, exigindo do Estado a criação de dispositivos legais coadunados ao código normativo da Convenção, tal como a implementação de políticas públicas em defesa dos direitos da infância, afirma (ANDRADE, 2010).

Pode-se perceber que houve avanços legais, mas que apesar desses avanços em relação aos direitos da criança, em análise global sobre a infância válida, que essa categoria ainda não é prioridade na agenda governamental, o que é resultado de ausência de investimentos do Estado em políticas e dispositivos legais para a efetivação dos direitos das crianças, de acordo com a autora citada anteriormente. A evolução histórica do atendimento, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no Brasil é analisada por Costa (1994 *apud* ANDRADE, 2010, p. 86).

Segundo o autor, as ações relativas à infância, do descobrimento aos anos 1960, são marcados por um caráter assistencialista, normativo, correcional e repressivo, a exemplo da Política Nacional de Bem-Estar do Menor e do Código de Menores. As décadas de 1970 e 1980 são consideradas cenários para o surgimento das recentes lutas travadas no país em favor das crianças e dos adolescentes. Seus estudos apontam a importância de se aliar a história dos direitos da infância à história das políticas sociais. Afirma, ainda, que os movimentos populares da década de 1980, em especial o Movimento de Meninos de Rua, contribuíram para a discussão da situação da infância brasileira, provocando a elaboração e implantação de um novo ordenamento jurídico sobre a infância e a adolescência no país, (ANDRADE, 2010).

Sarmiento (2001, p.25) destaca que, no contexto educacional, os direitos das crianças podem ser definidos como: [...]

1) o direito à realização pessoal, isto é, o direito ao desenvolvimento pessoal, intelectual e material, e “à experimentação dos limites, através da qual se realiza a compreensão crítica do mundo e se descobrem novas possibilidades;

2) o direito à inclusão social, intelectual, e cultural, que permita a cada criança ser autônoma no interior da respectiva comunidade, sendo nela aceita e acolhida;

3) o direito à participação na prática e decisões coletivas, (SARMENTO, 2001 *apud* ANDRADE, 2010, p. 121).

Desta forma, é visto que a criança como sujeito de direitos se desenvolve de forma positiva, seja ela intelectualmente, socialmente, culturalmente, criando nestas uma certa autonomia, permitindo assim a interação com o meio, visto que são de extrema importância todos os avanços relacionados a educação das crianças, dentre eles a garantia de direitos as crianças e adolescentes.

1.2 Definição e relação entre as brincadeiras e jogos

No dicionário Bueno, a definição para o termo lúdico é: “A palavra lúdica é derivada do termo latim ludus que significa brincar, incluindo jogos e brincadeiras e divertimentos.” (BUENO, 1996, p. 402). Já o dicionário Larousse traz uma definição para brincadeiras jogos ao termo lúdico: Jogo é a ação de jogar, folguedo, brinco, divertimento. Como exemplo podemos citar o jogo de futebol, olímpicos, jogos de dama, jogo de palavras. Brinquedo-objeto destinado a divertir uma criança é o suporte da brincadeira. Brincadeira- ação de brincar, divertimento, gracejo, zombaria. (LAROUSSE 1982).

Significado de lúdico no Dicionário Aurélio de Português é relativo a jogo ou divertimento. Que serve para divertir ou dar prazer. Então afirmamos de acordo com estas definições que jogo é o ato, o brinquedo a ferramenta utilizada no processo, e o brincar um comportamento espontâneo no processo que pode seguir uma ordem ou não. Assim afirma Santos, “A palavra lúdico significa brincar. Neste brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e brincadeiras, e é relativo também à conduta daquele que joga, que brinca, que se diverte” (SANTOS, 2000, p.57).

A definição dos conceitos de lúdico, jogos, brinquedos e brincadeiras, nos ajuda a mostrar o arsenal que estas ferramentas educacionais podem conter para colaborar no aprendizado significativo. Na atividade lúdica, o que importa não é apenas o produto da atividade, o que dela resulta, mas a própria ação, o momento vivido. Possibilita a quem a vivencia, momentos de encontro consigo e com o outro, momento de fantasias e de realidade, de ressignificação e percepção, momentos de autoconhecimento e conhecimento do outro de cuidar de si e olhar para outro momento da vida.

Uma aula com características lúdicas não precisa necessariamente ter jogos ou brinquedos. O que colabora para que a ludicidade faça parte do ambiente de aprendizagem é a atitude do docente que busca novos caminhos para a compreensão do conhecimento de como favorecer a aprendizagem das crianças. Esse aspecto envolve: afetividade entre as partes, educandos e educadores isso implica em uma postura de respeito mútuo, para que possa ocorrer resultados satisfatórios.

O grau de escolaridade é muito maior nesses países. No Chile, a população de analfabetos é de apenas 2% na Argentina, 3% e no México, 5%, não se comparando com os índices de 30% no Brasil. Diante desse quadro, além de políticas públicas voltadas a resolução

dos problemas, e o cumprimento urgente do Plano Nacional de Educação, que já se encerra em 2024, são imprescindíveis também, a busca por metodologias que possam ajudar no trabalho docente e na consequente melhoria da aprendizagem das crianças. Nesse sentido, o uso das atividades lúdicas que propiciem a vivência plena do aqui e agora, integrando a ação, o pensamento e o sentimento, talvez seja uma alternativa.

Tais atividades podem ser uma brincadeira, um jogo ou qualquer outra atividade que possibilite instaurar um estado de incerteza: Uma dinâmica de integração grupal ou de sensibilização, um trabalho de recorte e colagem uma das muitas expressões dos jogos dramáticos, exercícios de relaxamento e respiração, uma ciranda, movimento expressivos, atividades rítmicas, entre outras tantas possibilidades. Mais importante, porém, do que o tipo de atividade é a forma como é orientada e como experiência, e o porquê de estar sendo realizada. Segundo Teles (1997, p. 15):

A brincadeira, o jogo, o humor colocam o indivíduo em estado criativo. Entretanto, se a brincadeira que estimula a criatividade só pode florescer ambiente de liberdade e flexibilidade psicológicas, de busca de prazer de autorrealização, devemos concluir que o desenvolvimento daquela se encontra profundamente vinculado aos objetivos educacionais.

Trataremos entre as diferenças do brincar e jogar utilizando o lúdico. A busca desta pesquisa também se destina a compreensão de como os docentes, ao utilizar o lúdico em sala de aula pode inferir, colaborar despertar no discente a vontade de aprender e evoluir intelectualmente no dia a dia, como também busca-se descobrir sobre as contribuições do brincar como ferramenta para o aprendizado de crianças do primeiro ano das séries iniciais, onde estão em processo de alfabetização, utilizando assim as seguintes ferramentas como: a música, brincadeiras de roda, tabuada cantada, arte, danças e demais brincadeiras, despertando o senso de responsabilidade, integridade e obediência aos pais e mestres, promovendo assim uma socialização e inserção na sociedade, para o modelar de um futuro cidadão(a), através da interação do indivíduo e seu processo de aquisição do conhecimento.

Fazendo referência à Vygotsky, Rego afirma que o “desenvolvimento das funções intelectuais da criança é mediado socialmente pelos signos e pelo outro” (REGO, 1995, p. 62). E neste contexto, destacamos que o lúdico é a maneira mais eficaz de envolver a criança na prática de atividades voltadas para um objetivo de ensino de algum conteúdo. A brincadeira é inerente à criança, ou seja, é sua forma de trabalhar, conhecer, interpretar e explorar a sua realidade. Sobre tal afirmação Antunes destaca que:

Toda criança vive agitada e em intenso processo de desenvolvimento corporal e mental. Nesse desenvolvimento se expressa a própria natureza da evolução e esta exige a cada instante uma nova função e a função de nova habilidade. Essas funções e essas novas habilidades, ao entrarem em ação, impelem a criança a buscar um tipo de atividade que lhe permita manifestar-se de forma mais completa. A imprescindível “língua” dessa atividade é o brincar, e o jogar (ANTUNES, 2000, p. 38).

Esta língua é positiva. O ato de brincar é uma grande ferramenta que implica no desenvolvimento de uma boa comunicação pois neste processo requer: atenção, concatenação das ideias e escolhas certas ou erradas que vão assim colaborar para que a criança possa basear-se em regras em seu cotidiano, para que ela não fique com o passar do tempo excluída de processos que exijam uma forma de pensar mais complexa.

Trabalhando assim a construção da reflexão em seus atos no cotidiano, o ato de brincar promove autonomia e desenvolve a criatividade da criança e permite que trabalhe em grupo, mas também desenvolvendo autonomia em suas decisões. Assim, conseguirá resolver seus conflitos de forma sadia, e a compreensão de formas diferentes de pensar, desenvolvendo o respeito pelo próximo e a necessidade das regras sociais.

Na atividade lúdica, o que importa não é apenas o produto da atividade, o que dela resulta, mas a própria ação, o momento vivido. Possibilita a quem a vivência, momentos de encontro consigo e com o outro, momento de fantasias e de realidade, de ressignificação e percepção, momentos de autoconhecimento e conhecimento do outro de cuidar de si e olhar para outro momento de vida.

Uma aula com características lúdicas não precisa ter jogos ou brinquedos. O que colabora para que a ludicidade faça parte do ambiente de aprendizagem é a atitude do docente que busca novos caminhos para a compreensão do conhecimento, esse aspecto envolve: afetividade entre as partes, educandos e educadores, isso implica em uma postura de respeito mútuo, para que possa ocorrer resultados satisfatórios. Nesse aspecto, a ludicidade exige um norte a fim de haver meios objetivos a serem alcançados na troca de conhecimentos.

1.3 O papel do lúdico na educação, para a aprendizagem da criança

A Ludicidade a que se refere os jogos e brincadeiras, é algo fundamental para o desenvolvimento saudável da criança, até mesmo para áreas como a interação, a construção de habilidades específicas, a socialização, o conhecimento do espaço ao seu redor e do próprio corpo, áreas essas que se concretiza a importância do brincar no processo de aprendizagem e de desenvolvimento da criança.

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde, representar determinado papel na brincadeira, faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação, da utilização e da experimentação de regras e papéis sociais (LOPES, 2006 *apud* SALOMÃO; MARTINE, 2007, p. 3).

No brincar a criança estimula também a memória, desenvolvendo e colocando em ordem o material que será por ela inesquecível. Ao brincar a criança se conceitua como sujeito, pois estabelece ligações afetivas, sociais e várias outras habilidades, como por exemplo, psicomotoras, cognitivas, físicas, dentre outras.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista apenas como diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico favorece à aprendizagem do desenvolvimento pessoal, social e cultural e colabora para boa saúde mental e física. (SALOMÃO; MARTINE, 2007, p. 4).

Evidencia-se, também, a importância do lúdico referente ao rendimento escolar, pois promove conhecimento, desenvolve a linguagem, o psíquico e o sentimento. A ludicidade é essencial para desenvolver na criança uma boa saúde mental, socialização, criatividade. Podendo ser aplicada em diversas faixas etárias respeitando o saber e o conhecimento já obtido em cada idade, deixando então de ser um simples divertimento e tornando-se um elo entre a infância e fase adulta. O ambiente escolar que propicia a ludicidade se torna um local harmônico em que desenvolve na criança a confiança.

O lúdico não se faz presente somente no ato de brincar, mas também no ato de ler, pois a leitura proporciona ao indivíduo a compreensão e o descobrimento de mundo. A ludicidade poderá ser encontrada também em ambientes que são favoráveis a leitura, como por exemplo as bibliotecas. Ao efetuar uma leitura, o indivíduo ativa sua imaginação, criando e vivenciando variadas situações, propiciando de fato a plenitude e a autonomia em seu espaço particular.

A sala de leitura pode se tornar um ambiente lúdico, através dos livros a criança passa a usar sua imaginação e passa a criar e vivenciar diferentes situações. As atividades lúdicas permitem que o indivíduo vivencie sua inteireza e sua autonomia em um tempo-espaço próprio particular (SALOMÃO; MARTINE, 2007, p. 11).

É de suma importância que a criança vivencie a ludicidade, no envolvimento desse indivíduo com o lúdico, irá contribuir com o enriquecimento de seu psíquico, trabalhando áreas da interação, socialização, da autonomia, os sentimentos. Para que haja uma aprendizagem significativa da criança, ter um espaço que proporcione todo esse conjunto de prazeres levará esse indivíduo a ter uma certa estabilidade envolvendo seu emocional e proporcionando aprendizados com o brinquedo.

No ato do brincar as crianças estabelecem entre elas regras, em que vão adquirindo aprendizados referentes a vivência em uma ou outra situação, sendo elas ligadas a imaginação ou até mesmo as situações vivenciadas, ou seja de forma real, compartilhando com o próximo e consigo mesmo (SALOMÃO; MARTINE, 2007).

É por meio da interação que a criança amplia sua imaginação, desempenha papéis e tarefas que propiciam algumas capacidades de socialização. O ato do brincar funciona como um cenário não somente de reprodução, mas também de transformação entre os sujeitos participantes. Através da imaginação a criança poderá assimilar ou até mesmo reproduzir um determinado objeto com aquilo que ele aparenta ser, recriando e/ou representando a originalidade deste.

O Lúdico, é desta forma um ato que possibilita ao indivíduo a ampliação de sua imaginação, trazendo consigo a interação, a autonomia, seus sentimentos, suas experiências que envolvem reflexões prazerosas e desempenho de papéis sociais, possibilitando de alguma forma a descoberta de si mesmo. A criança ao se apropriar da realidade que vive, passa a atribuir significado as coisas ao seu redor e como os jogos e as brincadeiras produzem conhecimento, essa produção possibilita o crescimento intelectual das crianças, auxiliando-as e propiciando sua evolução com ser social.

Nesse sentido, o lúdico no meio educacional pode ser entendido como algo necessário para o desenvolvimento intelectual das crianças. No ato do brincar a criança amplia seu imaginário, de tal modo que a brincadeira atribua a ela sentido ao seu mundo, fazendo com que os sujeitos envolvidos apropriem conhecimentos que os ajudarão a agir sobre o meio em que se encontram. Em alguns momentos a criança vai reproduzir, em suas brincadeiras, situações que presenciou em seu meio.

Nas brincadeiras os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outras coisas daquilo que aparentam ser. Ao brincar as crianças recriam e representam os acontecimentos que lhes deram origem, sabendo que estão brincando. O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não-literal, transferido e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos. A brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa. Brincar contribui, assim, para a interiorização de determinados modelos de adulto, no âmbito de grupos sociais diversos. Essas significações atribuídas ao brincar transformam as brincadeiras em espaço singular de constituição infantil. (SALOMÃO; MARTINE, 2007, p. 14).

A brincadeira remete sentimentos de alegria na criança, através desse ato o sujeito poderá se impor de forma positiva usando sua criatividade, na reprodução da vida adulta, e fictícias, utilizando brincadeiras ligadas a vivência, personagens de algum conto ou trama, ou situações que permeiam ao meio social.

É possível que por meio dessas brincadeiras, a criança desenvolva habilidades, postura, criatividade, comunicação. Desta maneira, ao participar precisa se impor, obter uma certa independência em relação a suas escolhas, ou seja, é preciso que esse indivíduo seja o próprio autor da historinha por ele criada e definidor dos papéis imaginários, sendo importante que haja consenso entre os indivíduos participantes.

A imaginação da criança a que se refere a ludicidade pode ser trabalhada também em desenhos de sua autoria. Através do desenho a criança poderá representar suas emoções, sentimentos, desenvolvendo também seu lado criativo, estimulando aspectos psíquico importantes que contribuirão de alguma forma com a aprendizagem dos conteúdos escolares.

Considerando as necessidades físicas e psicológicas das crianças que estão nas classes do Ensino Fundamental I, é necessário que sejam oferecidas atividades que explorem não apenas o intelecto, mas também os aspectos físicos e o social. As atividades lúdicas têm por objetivo ajudar a criança a entrar em contato com o mundo imaginário e ao mesmo tempo real, e desenvolver suas habilidades de criar e relacionar esses conhecimentos, pois só assim elas serão capazes de desenvolver uma linguagem e aprender a dominar todo tipo de informação (SALOMÃO; MARTINE, 2007).

Trabalhar o lúdico como fonte da construção de saberes com as crianças, favorece a aprendizagem de todos os conteúdos. O domínio dos conteúdos pelas crianças contribui com o seu desenvolvimento afetivo e social, ajuda na autoestima e na autoconfiança, estimulando-

as a buscar conhecer mais, a se interessar em aprender os conteúdos necessários ao prosseguimento dos seus estudos. Torna-se um dever da escola e responsabilidade do professor que deseja alcançar objetivos precisos no processo de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças, buscar estratégias lúdicas que possam garantir a elas, a apropriação dos saberes oferecidos pela escola de forma a não deixar de vivenciar também suas infâncias. (FLORÊNCIO; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2019).

Brincar é sinônimo de aprender, pois o brincar e o jogar geram um espaço para pensar, sendo que a criança avança no raciocínio, desenvolve o pensamento, estabelece contatos sociais, compreende o meio, satisfaz desejos, desenvolve habilidades, conhecimentos e criatividade (DALLABONA; MENDES, 2004). É visto que a brincadeira é algo essencial para o desenvolvimento da criança, ela possibilita a este indivíduo uma certa independência. O brincar valoriza a cultura deste sujeito, é algo que exercita a mente, a criatividade, a socialização, a interação, construindo assim seus próprios conhecimentos. É por intermédio da atividade lúdica que a criança se prepara para a vida, assimilando a cultura do meio em que vive, a ela se integrando, adaptando-se às condições que o mundo lhe oferece e aprendendo a competir, cooperar com seus semelhantes e conviver como um ser social. Além de proporcionar prazer e diversão, o jogo, o brinquedo e a brincadeira podem representar um desafio e provocar o pensamento reflexivo da criança. Assim, uma atitude lúdica efetivamente oferece aos alunos experiências concretas, necessárias e indispensáveis às abstrações e operações cognitivas, (DALLABONA, MENDES, 2004).

Quando a criança brinca ou joga, ela se apropria também de experiências prazerosas, e se o meio educacional possibilita essa ludicidade, a criança poderá estimular a construção de um conhecimento de forma agradável e mais rápida a este indivíduo, e desta forma ajudando-o a ter uma boa concepção de mundo, e também tendo seu direito de ser criança respeitados. É de suma importância que os educadores pensem atividades que venha possibilitar esses aspectos citados anteriormente, pois o profissional que trabalha com o lúdico tem mais chances de alcançar bons resultados.

As brincadeiras livres também não podem ser descartadas no ambiente escolar do Ensino Fundamental I, pois as crianças, mesmo tendo que se apropriar dos conteúdos escolares, continuam sendo crianças. Cabe ao professor organizar situações para que as brincadeiras ocorram de maneira diversificada para propiciar às crianças a possibilidade de escolherem os temas, papéis, objetos e companheiros com quem brincar ou os jogos de regras e de construção, e assim elaborarem de forma pessoal e independente suas emoções, sentimentos, conhecimentos e regras sociais, (MATOS, 2013, p. 140).

O ambiente educacional que promove a ludicidade, auxiliará a criança a construir novas descobertas. O professor como condutor dessa atividade promoverá o estímulo da criança, avaliando qual melhor maneira de aprendizagem. A utilização de um programa que estimule a atividade psicomotora, especialmente por meio do jogo, permite que o desempenho psicomotor da criança enquanto joga alcance níveis que só mesmo a motivação intrínseca consegue. Ao mesmo tempo favorece a concentração, a atenção, o engajamento e a imaginação.

Como consequência, a criança fica mais calma, relaxada e aprende a pensar, estimulando sua inteligência. Nesse contexto, precisamos elucidar os pontos de contato com a realidade, a fim de que o jogo seja significativo para a criança. Por meio da observação do desempenho das crianças com seus jogos podemos avaliar o nível de seu desenvolvimento motor e cognitivo. No lúdico, manifestam-se suas potencialidades e, ao observá-las, poderemos enriquecer sua aprendizagem, fornecendo por meio dos jogos os “nutrientes” do seu desenvolvimento. Ou seja, brincando e jogando a criança terá oportunidade de desenvolver capacidades indispensáveis, tais como: atenção, afetividade, concentração e outras habilidades perceptuais psicomotoras (ALVES; BIANCHIN, 2010).

Desta maneira é preciso ressaltar a importância do jogo e da brincadeira como atividade lúdica no meio educacional, sendo algo que deve ter uma ocupação especial na prática pedagógica, e que venha ser privilegiada a sala de aula como o ambiente de acolhimento e agradável para que a criança possa se sentir bem para desenvolver suas habilidades e absorver novos conhecimentos.

De acordo com Sant’Anna e Nascimento (2011), o lúdico é considerado um meio de comunicação e que desta forma estimula a criatividade da criança, a expressão e a espontaneidade, e nesse processo de ensino aprendizagem o lúdico permitirá esse indivíduo sonhar, fantasiar e realizar desejos, sendo então uma ferramenta pedagógica que trabalha a imaginação e que auxiliará na aprendizagem significativa deste sujeito.

O lúdico não é o único instrumento para a melhoria do ensino e aprendizagem, mas é uma ponte que auxilia na melhoria dos resultados por parte dos professores interessados em proporcionar mudanças, (SOUZA *apud* SANT’ANNA; NASCIMENTO, 2011, p. 12).

Trabalhar com o lúdico na sala de aula é algo essencial, pois a criança em seu lazer já brinca naturalmente, e trazer as brincadeiras educativas para o meio escolar poderá permitir mais aprendizagem a esse indivíduo, de forma regrada mais que não deixa de ser algo prazeroso e que proporciona conhecimento.

CAPÍTULO II - O DIREITO DE BRINCAR: UM FATOR DE CONQUISTA

A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 (BRASIL. LEI 8.069/90) ratifica mudanças legais ocorridas na década de 80, sobretudo aquelas advindas com a promulgação da Constituição de 1988. O Brasil avança ainda mais quanto a proteção dos direitos da população mais jovem, alcançando sintonia com as mudanças internacionais.

O Art. 3º do ECA assegura que todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana devem ser gozados pela criança e a ela devem ser asseguradas, todas as oportunidades e facilidades, por lei ou por outros meios, para promoverem os desenvolvimentos físicos, mentais, morais, espirituais e sociais, em condições de liberdade e de dignidade.

O art. 4º do ECA ressalta os deveres da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, no sentido de que os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar e comunitária sejam assegurados com absoluta prioridade.

No Artigo 16 do ECA são especificados os aspectos que compreendem o direito à liberdade, dentre os quais destacam-se:

- I - Ir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; [...];
- IV – Brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V – Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação (BRASIL, Lei 8.069/90).

No entanto, mesmo com as garantias legais, as normativas nem sempre são aplicadas. As crianças são negligenciadas nos seus direitos básicos, entre eles o direito de brincar, de vivenciar suas infâncias em todos os espaços, inclusive nas escolas. Estas leis mostram também que o papel e união da escola e família é sem dúvida de grande relevância, através da mediação neste processo educacional. Desta forma, todos somos responsáveis por cuidar e proteger as crianças.

Nessa perspectiva, as atividades lúdicas, compreendida sobre a ótica do brinquedo e da criatividade, deverá encontrar maior espaço para ser entendido como educação, na medida em que os professores compreenderem melhor toda sua capacidade potencial de contribuir para com o desenvolvimento da criança. Negrine (1994, p. 24), em estudos realizados sobre aprendizagem e desenvolvimento infantil, afirma que: “Quando a criança chega à escola, traz consigo toda uma pré-história, construída a partir de suas vivências, grande parte delas através

da atividade lúdica”. Segundo esse autor, é fundamental que os professores tenham conhecimentos do saber que a criança construiu na interação com o ambiente familiar e sociocultural, para formular sua proposta pedagógica.

Entendemos a partir dos princípios aqui expostos, que o professor deverá contemplar a brincadeira como princípio norteador das atividades didático-pedagógicas, possibilitando as manifestações corporais encontrarem significado pela ludicidade presente na relação que as crianças mantêm com o mundo.

Porém, essa perspectiva não é tão fácil de ser adotada na prática. Podemos nos perguntar: Como colocar em prática uma proposta de educação em que as crianças desenvolvam, construam, adquiram conhecimentos e se tornem autônomas e cooperativas? Como os professores favorecerão a construção de conhecimentos se não forem desafiados a construírem os seus? O caminho que parece possível implica pensar a formação permanente dos profissionais que nela atuam.

2.1 O lúdico na compreensão dos autores: Froebel, Jean Piaget e Lev Vygotsky

Friederic Froebel, nascido na Alemanha, foi discípulo de Pestalozzi e dedicou sua vida a guerra e a liberdade dos povos. Após variadas experiências no campo das ciências, chegou à conclusão de que a verdadeira liberdade só pode ser adquirida através da educação dos jovens. Segundo Rizzo:

Froebel, quis pôr em prática alguns princípios de educação que eram apenas seus e dedicou 14 anos à experiência de educar em liberdade a mente do homem com sentido de obter a plenitude de seu desenvolvimento (RIZZO, 1985, p. 15).

Ainda neste sentido, a autora complementa que para Froebel:

Educar o homem seria possibilitar o desenvolvimento de suas aptidões naturais de essência divina, fazendo-a desenvolver-se autoconsciente como ser pensante que gozava o privilégio de ser, até tornar-se livre e consciente de sua natureza (RIZZO, 1985, p. 15).

Foi então aos 55 anos, que o filósofo Froebel, no auge de sua idade e de seus estudos sobre as crianças e os jovens, cria o primeiro jardim de infância. De acordo com a sua

filosofia, ele acreditava que “reside nos primeiros anos de vida do homem a chave para o sucesso ou o fracasso de seu desenvolvimento pleno” (RIZZO, 1985, p.16).

Ainda sobre este assunto, a autora reforça que Froebel justificava sua metodologia de ensino voltado para liberdade, comparando as crianças a sementes que precisavam de cuidados especiais, conforme o seguinte relato,

Ele comparava as crianças a uma semente, que encerra em si um potencial (genético) de vir a ser que se bem adubado e exposto a condições favoráveis do meio ambiente, desabrocha numa árvore completa, madura, capaz de dar frutos saudáveis que se perpetuarão sua espécie (RIZZO, 1985, p.16).

O ensino proposto por Froebel se assemelha com o ensino planejado para a educação das crianças na atualidade, ou seja, a prática do “aprender fazendo”, da utilização de materiais concretos para a efetivação do aprender, da musicalização do lúdico, tudo isso voltado para o desenvolvimento das potencialidades e plenitude do cidadão.

O papel do professor neste nível de ensino cabia à tarefa de ensinar brincando junto com as crianças, ensinando e estimulando a fazerem as coisas com independência. Atualmente é este o perfil do educador almejado nas escolas. Aquele que utiliza as canções como recursos de ensino e de aproximação das crianças com os conteúdos escolares, também à utilização de gestos e movimentos que trabalhem outras habilidades necessárias, porém que nem sempre encontramos na realidade das escolas. Segundo Rizzo:

Educar o homem seria possibilitar o desenvolvimento de suas aptidões naturais de essência divina, fazendo-a desenvolver-se autoconsciente como ser pensante que gozava o privilégio de ser, até tornar-se livre e consciente de sua natureza” (RIZZO, 1985, p. 15).

Então ao analisarmos a contribuição destes teóricos e suas inferências no brincar, e em épocas diferentes, confirmamos a necessidade de trazer a brincadeira para a sala de aula para as diferentes etapas da Educação Básica. Como afirma o escritor Carlos Drummond de Andrade:

Brincar com as crianças não é perder tempo, é ganhá-lo.
Se for triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los sentados enfileirados em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem. (Andrade, ANO, p.)

Jean Piaget classifica os jogos em três tipos e relaciona seu uso de acordo com as estruturas mentais que vão sendo construída em cada sujeito. Explica que, no estágio Sensorio

motor, a criança descobre novas capacidades para cada nova etapa e pode aplicá-las no dia a dia, isso ajudará a colocar a criança em movimento, pois as brincadeiras trarão uma perspectiva no pensar e na ação, que poderá ser construída e aperfeiçoada no decorrer da vida.

No estágio chamado Pré-operatório, que ocorre aproximadamente dos dois aos sete anos, é a fase onde além do desenvolvimento de esquemas a criança passa a utilizar símbolos aliados ao prazer de jogar, o faz de conta se faz notório. De acordo com Hunberto:

A reinvenção das linguagens ocorre não só na turbulência de nossos universos particulares, no campo de nossas angustiadas batalhas e de nossos momentâneos apaziguamentos, mas também na alegria do lúdico inerente aos desafios a que nos propomos ao inventarmos realidades (HUMBERTO, 2000, p. 18).

Na fase do estágio Operatório concreto, que segundo Piaget vai dos sete aos onze anos, aproximadamente, a parte lógica começa a ser organizada, solução de problemas concretos, por isso é de grande relevância que educadores bebam na fonte destes conhecimentos a fim de abalizar suas estratégias em sala de aula. Talvez, a apropriação desses conhecimentos por parte dos professores, pudesse se constituir em fortes argumentos para às famílias, a fim de justificar as práticas de ensino que fazem uso da ludicidade com as crianças, amenizando as cobranças das famílias.

A mediação do trabalho docente, tendo em vista a construção da autonomia da criança continuará por todo o processo educativo, sem descuidar do currículo escolar. O que buscamos é evidenciar como as práticas educativas podem ter melhores resultados se utilizarmos as metodologias mais adequadas, coerentes com o processo de desenvolvimento infantil em cada uma das suas etapas. As experiências infantis vividas no coletivo através das brincadeiras, passam a favorecer também a construção de regras, o entendimento da importância de seguir regras para a boa vivência, além da experiência com o contraditório, isso ensinará que nem sempre deve prevalecer a sua opinião pessoal, mas também, o respeito a opinião do outro e do coletivo. Quanto a isso, Kishimoto afirma:

Construindo, transformando e destruindo, a criança expressa seu imaginário, seus problemas e permite aos terapeutas o diagnóstico de dificuldades de adaptação bem como a educadores o estímulo da imaginação infantil e o desenvolvimento afetivo e intelectual. Dessa forma, quando está construindo, a criança está expressando suas representações mentais, além de manipular objetos (KISHIMOTO, 2008).

Para Vygotsky, cujas pesquisas estudam o desenvolvimento humano, como psicólogo dedicou sua vida à observação dos aspectos sociais e culturais da criança; através da análise do brincar, é preciso entender os diferentes estágios do desenvolvimento da criança, segundo Negrine (1995):

O surgimento de um mundo ilusório e imaginário na criança é o que, na opinião de Vygotski, se constitui “jogo”, uma vez que a imaginação como novo processo psicológico não está presente na consciência da criança pequena e é totalmente alheia aos animais. (NEGRINE, 1995 p. 10).

Vygotski, em 1924, inicia seu trabalho sistemático com auxílio de estudantes e colaboradores, onde produz uma série de pesquisas em Psicologia do Desenvolvimento, Educação e Psicopatologia, que vai nos ajudar a compreender o desenvolvimento humano e as formas como o sujeito se apropria do objeto de conhecimento. Tais conhecimentos são chaves para o professor compreender seu trabalho na mediação do processo de aprendizagem das crianças. Para Vygotsky, o desenvolvimento mental da criança é um processo contínuo de aquisição de controle ativo sobre funções inicialmente passivas. O desenvolvimento intelectual e linguístico da criança estão relacionados à interiorização do diálogo em fala interior e pensamento.

Neste processo histórico, quando Vygotsky iniciou suas pesquisas neste campo da compreensão da mente humana, os meios de comunicação e a mídia não eram tão avançados. Isso retardou a disseminação desses conhecimentos e a chegada na formação dos professores só veio mais tarde. No entanto, precisamos reconhecer a alteração que esses conhecimentos fazem no espaço acadêmico, sobretudo na formação de professores, pois incide diretamente nos modos de ensinar e aprender.

Para Vygotsky, a criança tem a capacidade de desenvolver o pensar antes da fala, assim, o lúdico e o brincar teve seu papel para o estudo da mente humana infantil conforme descrito em seu livro "A formação social da mente" (2008). Em seu tempo de aprofundamento e pesquisas, Vygotsky não foi devidamente reconhecido, o mesmo morre em 11 de julho de 1934 e seus estudos só foram fortemente divulgados, depois de sua morte.

2.2 A ludicidade musical nos aspectos cognitivo, afetivo e social.

O ensino da música tem influenciado sobre todas as áreas curriculares, interferindo assim, nas relações dos indivíduos e na forma particular de como cada um vê o mundo. A

fonte de conhecimento da criança são as situações que ela tem oportunidade de experimentar em seu dia a dia. Dessa forma, quanto maior a riqueza de experiências que a criança conviva, mais oportunidade terá de desenvolvimento em todos os aspectos.

A música torna o ato de aprender mais agradável, visto trazer à lembrança muito mais rápida aquilo que é de nosso interesse. Portanto, a criança que convive com a música tem mais chances de favorecer suas aprendizagens. Com isso, além de ter maior facilidade em absorver informações, ajuda a trabalhar melhor suas emoções.

[...] o aprendizado de música, além de favorecer o desenvolvimento afetivo da criança, amplia a atividade cerebral, melhora o desempenho escolar dos alunos e contribui para integrar socialmente o indivíduo. (BRÉSCIA, 2003, p.81).

Compreendendo o conceito de mediação com Vygotsky, o professor, no seu papel de mediador, tem um papel importante no desenvolvimento dos alunos. Assumir a responsabilidade de garantir a aprendizagem dos alunos, na parte que cabe especificamente ao professor, é tarefa que exige uma compreensão teórica e política consistente, conforme nos alerta Freire:

O professor que não leva a sério sua formação, que não estude que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe (FREIRE, 2002, p.92).

Nesse sentido, nos referimos ao trabalho do professor na sala de aula, na organização do planejamento e na interação com seus alunos. Sabendo que o resultado da aprendizagem não se esgota no trabalho exclusivo do professor, pois são muitos os fatores que interferem para que os bons resultados na aprendizagem possam ocorrer. As políticas públicas voltadas para a área precisam ser cumpridas, os investimentos previstos no Plano Nacional de Educação precisam sair do papel, para que possamos colher os resultados de uma educação inovadora. O que trazemos aqui diz respeito a uma parte do trabalho, que sem dúvida tem relevância, sem ele o não chegaremos aos resultados esperados na formação das novas gerações. Mas, temos consciência que é apenas uma parte.

Com relação ao uso da música no trabalho pedagógico, sendo bem trabalhada no processo educacional, concordamos com Del Ben (2002), que:

A música pode contribuir para a formação global do aluno, desenvolvendo a capacidade de se expressar através de uma linguagem não-verbal e os sentimentos e emoções, a sensibilidade, o intelecto, o corpo e a personalidade [...] a música se presta para favorecer uma série de áreas da criança. Essas áreas incluem a “sensibilidade”, a “motricidade”, o “raciocínio”, além da “transmissão e do resgate de uma série de elementos da cultura”. (DEL BEN, 2002, p. 52-53).

Com relação ao aspecto social da criança, a música tem grande importância em seu crescimento. Ela estabelece uma boa relação de explorar e identificar elementos para se expressar interagir com os outros e ampliar seu conhecimento do mundo.

Compreender a música como linguagem e forma de conhecimento, nos leva a ver a criança não como um ser estático e sim como alguém que interage o tempo todo com o meio, organizando suas ideias e pensamentos. Através da musicalização ela pode perceber que o diferente pode ser normal.

Uma escola que tem crianças com necessidades especiais, como é o caso de todas as escolas na atualidade, depois que se expandiu o atendimento das crianças no ensino regular, o trabalho musical abre espaço e oportunidades para que crianças possam se expressar e viver igualmente com as outras, respeitando suas limitações.

Bréscia (2003, p.50) afirma que:

Crianças mentalmente deficientes e autistas geralmente reagem à música, quando tudo o mais falhou. A música é um veículo expressivo para o alívio da tensão emocional, superando dificuldades de fala e de linguagem. A terapia musical foi usada para melhorar a coordenação motora nos casos de paralisia cerebral e distrofia muscular. Também é usada para ensinar controle de respiração e da dicção nos casos em que existe distúrbio da fala.

Contudo, a música é uma aliada para o ensino e aprendizado em sala de aula, pois interfere nos âmbitos mais elevados da criança, o cognitivo, o afetivo e o social. Neste aspecto pedagógico, a música é muito mais que um simples conjunto de sons que se unem em uma melodia. Ela penetra na pele e provoca arrepios de prazer ou nos faz mergulhar em doces lembranças.

Algumas melodias não nos tocam, enquanto outras nos atingem diretamente – e podem até mesmo transmitir significados concretos. ‘O cérebro de todo ser humano se interessa muito por informações musicais e é extremamente habilidoso em compreender seu significado’, explica Stefan Kölsch, do

Instituto Max Planck de Ciências Cognitivas e Neurológicas, em Leipzig. Kölsch investiga a ligação entre a música e a fala. O músico e psicólogo descobriu que o cérebro não faz grande diferença entre as duas: ambas são trabalhadas na mesma região (SCHALLER, 2005, p. 64-69 apud CORREIA, 2010, p. 135).

Ao analisarmos essa afirmação, é possível perceber que a música não deve ser tratada meramente como algo cultural e que não pode ser utilizada para qualquer outro fim. O que se constata, é que a educação escolar influencia a base da formação de qualquer pessoa e, portanto, deve utilizar as inúmeras possibilidades de ensino existentes, deve ser criativa, aberta à análise dos vários métodos e ferramentas que venham agregar valor à sua função.

As crianças são extremamente abertas ao mundo e a seus inúmeros recursos de interação social, o que nos permite afirmar que a música pode e deve ser utilizada em vários momentos do processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Avelar (1995 apud PRADO; FIGUEIREDO, 2005), é correto afirmar que a música é um excelente recurso estimulador para o desenvolvimento da leitura de textos e das hipóteses de escrita. Pois a música, como atividade criativa, pode naturalmente favorecer o aparecimento de situações problema, propondo novas formas de utilização e manuseio da linguagem e propiciando a construção de hipóteses de escrita. “As crianças podem perceber, sentir e ouvir, deixando-se guiar pela sensibilidade, pela imaginação e pela sensação que a música lhes sugere e comunica” (BRASIL, 1998, p. 65).

Isso nos faz crer que a alfabetização, processo que decorre em todo o primeiro segmento do Ensino Fundamental, se torna um processo mais produtivo e agradável para as crianças mediante a utilização da música, propiciando que a assimilação desse novo conhecimento ocorra de forma mais natural.

A música é um elemento presente em todas as culturas e agrada às crianças, além de enriquecer suas experiências. Como relata Brito (2003), a Educação Musical não deve visar a formação de possíveis músicos do amanhã, mas sim a formação integral das crianças de hoje.

O universo escolar cheio de sons, de músicas e canções mesmo que infantis, na maioria das vezes, não são assim percebidos pelos professores inseridos nesse contexto. Falta compreensão, não só dos benefícios que a música pode proporcionar, mas também de que através dela é possível seu uso no ensino e aprendizagem dos conteúdos. Assim, resgatar inúmeras facetas do processo educacional, como a emoção e a criatividade, pode se tornar um conteúdo interdisciplinar de grande valor.

Correia (2010) afirma que através da música é possível trabalhar em vários momentos do processo de ensino e aprendizado, que a música é um instrumento essencial na busca do conhecimento e que pode ser levada até as pessoas de maneira lúdica, criativa, emotiva e cognitiva. O autor ainda ressalta que o uso da música, além de acelerar o aprendizado, tem a capacidade de incentivar a participação, a cooperação e a socialização.

Mas antes disso, existe a grande necessidade de rever os métodos que servem de orientação para as várias atitudes didático-pedagógicas dos conteúdos disciplinares. Pedagogicamente, através da criatividade, a linguagem musical oferece possibilidades interdisciplinares, enriquecendo o processo educacional. Como observou Correia (2010), a linguagem, principalmente a textual, que a sociedade utiliza, pode ser potencializada por meio de uma linguagem musical que serve a processos de ensino e aprendizagem e a elaboração de metodologias alternativas e importantes à educação.

Jeandot (1990) afirma que a finalidade da música na escola não é tanto transmitir uma técnica particular, mas sim desenvolver nos alunos o gosto pela música e a aptidão para captar a linguagem musical e expressar-se através dela, além de possibilitar seu acesso ao imenso patrimônio musical que a humanidade vem construindo.

Figueiredo (2007), afirma que é preciso aprimorar as organizações curriculares e que cada linguagem artística tenha presença garantida de forma digna e real. Integrar música às atividades educacionais não quer dizer cantar para decorar fórmulas matemáticas ou datas cívicas, ou ainda cantar para aprender elementos gramaticais de idiomas estrangeiros, mas, sim, incorporar efetivamente a música como experiência educacional que permita aos indivíduos se relacionarem com esta forma de expressão humana.

A atual LDB (Lei 9394/96) determina que a Arte, em todas as suas linguagens (Teatro, Dança, Artes Plásticas, Música), é um componente curricular obrigatório em todas as séries do Ensino Fundamental. (BRASIL, 1996). Integrada às demais disciplinas, a Música se insere no contexto da educação regular como uma das linguagens artísticas que têm o dever e a responsabilidade de educar.

A música também se constitui em campo específico de atuação profissional. Pelo seu potencial para desenvolver diferentes capacidades mentais, motoras, afetivas, sociais e culturais de crianças, jovens e adultos, a música se configura como veículo privilegiado para se alcançar as afinidades educacionais almeçadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (BRASIL, 2006).

Para Avelar (1995 apud PRADO; FIGUEIREDO, 2005), acredita-se que a música poderá influenciar positivamente no desenvolvimento da escrita, aproximando o sujeito de seu

objeto de conhecimento, de maneira diversa da situação formal de alfabetização escolar. Segundo Brito (2003), a música constitui-se em representação do real pelo som, definindo-se assim, em jogo simbólico da criança. As brincadeiras cantadas infantis são talvez, umas das primeiras experiências da criança com jogos com regras. Essa brincadeira constitui-se em fazer entrar em molde rítmico uma frase.

A autora afirma que a partir do momento em que a criança se aproxima da etapa do jogo com regras, a música oferece um vasto campo para a sistematização e organização do conhecimento. Ao se trabalhar música com as crianças, deve-se considerar que a música é um processo continuamente em construção, que lhes permite perceber, sentir, experimentar, imitar, criar e refletir.

Por isso, um trabalho pedagógico que envolva a música deve ser em contextos educativos, deve incluir todos os alunos e não só os que demonstram “dom”. Deve envolver a criança de forma integral e, como linguagem, deve ser ministrada de forma orientada, de modo a provocar reflexões, em um contexto de respeito, valorização e estímulo a cada aluno. Ao se trabalhar a alfabetização com música é possível, além de cantar, brincar com a voz, explorando possibilidades sonoras diversas: imitar vozes de animais, ruídos, o som das vogais e das consoantes (com a preocupação de enfatizar a formação labial), entoar movimentos sonoros etc.

Os autores acrescentam que nesse trabalho de música na alfabetização é necessário considerar a escolha do repertório musical, acrescentando que “é aconselhável aproveitar as contribuições que as próprias crianças trazem o que não significa trabalhar apenas com as músicas veiculadas pela mídia, que costumam ser, infelizmente, as menos indicadas pela realização do trabalho” (Brito ,2003,p. 94).

Precisa-se estar pautado no planejamento a fim de que possam ser alcançados resultados satisfatórios neste processo. Tais elementos visam a assegurar a racionalização, a organização e a coordenação do trabalho docente, de modo que a previsão das ações docentes possibilite ao professor a realização de um ensino de qualidade e evite a improvisação e a rotina. Sobre esses elementos materializam-se os referenciais político-pedagógicos da prática pedagógica dos professores.

Sendo assim Vasconcellos:

Defende que [...] projeto pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição. (1995, p.143).

A aprendizagem possibilita que a criança exponha suas ideias e, conseqüentemente, oportuniza ao professor condições para que decifre as características de seus alunos. A partir de tais informações, quando necessário, o professor pode reorganizar seu método de ensino adaptando-o aos interesses e necessidades dos educandos, a fim de que estes construam aprendizagens significativas.

Outra importância do planejamento é a organização dos conteúdos ao longo do ano letivo, colocando-os lado a lado e constatando sua coerência didática, condição esta que oportuniza ao professor a probabilidade de construir uma avaliação crítica e satisfatória de tudo o que foi elaborado anteriormente. Vasconcellos (2006) deixa clara a importância do planejamento por meio da seguinte afirmação:

Procura atentar-nos para um ponto muito importante: Precisamos distinguir a flexibilidade de frouxidão: é certo que o projeto não pode se tornar uma camisa de força, obrigando o professor a realizá-lo mesmo que as circunstâncias tenham mudado radicalmente, mas isto também não pode significar que por qualquer coisa o professor estará desprezando o que foi planejado (p. 159).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O docente como mediador neste processo do uso do lúdico é de grande relevância a fim de favorecer as condições para a aprendizagem das crianças. Para isso, é preciso que haja investimento na formação docente, no preparo de profissionais que se utilizem da ludicidade no ensinar perpassando por todos os componentes curriculares, proporcionando assim o envolvimento de todos os atores educacionais a fim de tornar o ambiente acolhedor e com as condições necessárias para que as aprendizagens intencionadas ocorram.

Neste contexto, a revisão de literatura é um requisito para a realização de toda e qualquer pesquisa, ao passo que a pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental antes da elaboração ou desenvolvimento de um estudo, artigo, tese ou dissertação. Foi o que busquei fazer neste trabalho, sabendo que essa etapa não pode ser aleatória, por esse motivo implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções atentos ao objeto de estudo (LIMA; MIOTO, 2007).

Fica registrada a importância de usar um vocabulário controlado reconhecido pelas bases de dados; fazer uso de estratégias de busca para combinar os termos da pesquisa e realizar as pesquisas em bases de dados confiáveis. Isso foi construído junto com o conteúdo

específico da pesquisa. Segundo Lima e Miotto (2007) quando uma pesquisa bibliográfica é bem feita, ela é capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. Foi a minha intenção nesta construção: fomentar novas inquietações, que gerem novos estudos a fim de avançarmos na compreensão do real e interferirmos nele para transformá-lo.

A organização de um ambiente educacional onde as crianças possam aprender de forma agradável e encantadora nos espera. Um ambiente saudável e sadio que corrobore em transmitir equilíbrio e tranquilidade às crianças, onde haja lugar para a prática da ludicidade como ferramenta auxiliar no processo de aprendizagem, pode ser a chave para acessar melhores resultados na aprendizagem das crianças, preparando-as para a vida em sociedade de forma mais saudável nas relações com as pessoas e com o meio ambiente de modo geral.

As atividades lúdicas despertam as percepções das crianças pela beleza que há em viver em sociedade, promovendo equilíbrio e devido respeito as regras de convivência com os outros. Por meio do ritmo e da harmonia, a música ensina as crianças a serem mais gentis umas com as outras, portanto a saber viver melhor na coletividade.

Fica constatado que o uso dos jogos e brincadeiras pode despertar na criança a importância para saúde física onde serão desenvolvidas suas atividades psicomotoras, correr livremente, o ato de pular, fazer escalada, dançar, jogar bola leva a criança a compreensão das habilidades do próprio corpo, favorecendo a autoconfiança e corroborando na autoestima da criança. No ato da leitura aliada ao lúdico, traz a possibilidade da compreensão em analisar o descobrimento de mundo, podendo ser realizada em ambientes que são favoráveis a leitura, as bibliotecas escolares, trabalhando a imaginação e criando situações e aprendizagens variadas.

A conclusão desta pesquisa trouxe evidências sobre a relevância da utilização do lúdico e seu uso nas escolas, favorecendo nossa compreensão da importância do professor construir saberes acerca do desenvolvimento infantil e das distintas formas de aprender da criança. Entendendo que, na brincadeira, a criança pode aprender desde a valorização da sua cultura, a interação com diferentes saberes e a possibilidade de desenvolver sua autonomia.

Sendo a base de todo aprendizado focado no Ensino Fundamental I, o uso do lúdico forjará uma educação bem qualificada e promoverá ótimos desempenhos no ato de aprender!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, S. (2003). *Psicopedagogia: um portal para a inserção social*. Rio de Janeiro: Vozes.

ANDRADE, Lucimary Barnabé Pedrosa de. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/h8pyf>. Acesso em: 7 out. 2021.

ANTUNES, C. **Jogos a estimulação das múltiplas Inteligências**. Petrópolis. Rio de Janeiro. 1998.

ALVES, Luciana; BIANCHIN, Maysa Alahmar. O jogo como recurso de aprendizagem. **Revista psicopedagogia**, São Paulo, v. 27, n. 83, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862010000200013. Acesso em: 13 set. 2021.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na Educação Infantil: Propostas para a formação integral da criança**. 2ª ed. São Paulo, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil/Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. - Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf. Acesso em: 19 de nov. 2016.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n.º 9394/96). 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental: Padrões de Infraestrutura para as Instituições de Educação Infantil e Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil. Rio de Janeiro, junho de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

BRÉSCIA, V. L. P. **Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva**. São Paulo: Átomo, 2003.

BUENO, dicionário 2003.

CERVO, Joao Olavo. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CORREIA, Marcos Antonio. Música na Educação: uma possibilidade pedagógica. Revista Luminária, União da Vitória, PR, n. 6, p. 83-87, 2003. Publicação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940: disponível em: [HTTP//www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848.aceso](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848.aceso) 18/09/2016.

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. LEI N 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso: 20/09/2016.

DALLABONA, Sandra Regina; **MENDES**, Sueli Maria Schmitt. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, Blumenau, v. 1, n. 4, p. 107-112, jan./mar., 2004. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/professor/arquivos_alunos/doc.1311627172.pdf. Acesso em: 16 out. 2021.

DEL BEN, L.; **HENTSCHKE**, L. Educação musical escolar: uma investigação a partir das concepções e ações de três professoras de música. Revista da ABEM, Porto Alegre, n. 7, 2002.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.: disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm: acesso em 18/09/2016.

FIGUEIREDO, S. L. F. (1998). Currículos de música: Uma proposta da Universidade do Estado de Santa Catarina. Fundamentos da Educação Musical, 4. Associação Brasileira de Educação Musical.

Froebel. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p. 77-137.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FERREIRA, Juliana de Freitas ; **SILVA** Juliana Aguirre da ; **RESCHKE**, Maria Janine Dalpiaz. **A importância do lúdico no processo de aprendizagem**. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/A%20IMPORTANCIA%20DO%20LUDICO%20NO%20PROCESSO.pdf> Acesso em: 05 de abril de 2017.

GARDNER, Howard. A criança pré-escolar: como pensa e como a escola pode ensiná-la. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. Estruturas da mente: a teoria das múltiplas inteligências. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995a. Inteligências Múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995b.

GILES, T. H. História da Educação. São Paulo: EPU, 1987.

JEANDOT, N. **Explorando o Universo da música**. São Paulo: Scipione, 1990.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Nº 12.796 de 04 de abril de 2013: disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso dia 18/09/2016.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katalysis*, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2qk7CEH>. Acesso em: 19 ago. 2018.

LAROUSE dicionário 2004.

MATOS, Marcela Moura. O lúdico na formação do educador: contribuições na educação infantil. **Cairu em Revista**, Salvador, ano 02, n. 02, p. 133-142, jan. 2013. Disponível em: https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2013_1/09_LUD_FOR_EDU_133_142.pdf. Acesso em: 16 out. 2021.

MARAFON, Danielle. **Educação infantil no Brasil: um percurso histórico entre as idéias e as políticas públicas para a infância**. PUC-PR/FATEB, 2009.

NEGRINE, Airton. Aprendizagem e desenvolvimento infantil: psicomotricidade: alternativas pedagógicas. Porto alegre: Prodil, 1995.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS, Secretaria Municipal de Educação. **LEGISLAÇÃO DE ENSINO. PROGRAF**, Manaus, 1997.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; **MACHADO**, Maria Cristina Gomes. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.

PESSOTTI, I. (1984). Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo, EDUSP.

PIAGET, Jean. A arte de ensinar música nas escolas. Disponível em: <<http://jesuspaiva.blogspot.com.br/2011/10/sobre-teoria-psicogenetica-de-piaget-1.html>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

PLATÃO (427-347 a.C.). Diálogos III - A República. Tradução de Leonel Vallandro. Rio de Janeiro, Ediouro.

SALOMÃO, Hérica Aparecida de Souza; **MARTINI**, Marilaine. **A Importância do lúdico na educação infantil**: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado. 2007.

SANTOS, S. M. P. Brinquedoteca: o lúdico em diferentes contextos. 6º Ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

SOUZA, M.N.J.; **JUVÊNCIO**, J.S.; **MOREIRA**, M.A. **Jogos e brincadeiras**: o lúdico na educação infantil. In: VI Congresso Nacional de Educação – CONEDU, 6, 2019, Fortaleza. Anais do VI CONEDU, 2019.

SCHALLER, Katrin. Acordes curativos. Viver Mente & Cérebro: revista de psicologia, psicanálise, neurociências e conhecimento, São Paulo, p. 64-69, jun. 2005.

TEIXEIRA, C. E. J. A Ludicidade na Escola. São Paulo: Loyola, 1995 Jogos didáticos do PNLD (Plano Nacional do Livro Didático).

TELES. Maria Luiza Silveira. Socorro! É proibido brincar! Petrópolis, RJ; Vozes, 1997. p.72

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização, 12ª ed. São Paulo, 2004.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.